

O agronegócio catarinense: um ensaio conceitual e empírico¹
Santa Catarina's Agribusiness: a conceptual and empirical essay

Michele Dreger Vasconcelos Silva
Epagri/Cepa. Florianópolis, SC, Brasil
Andrea Castelo Branco Brasileiro Assing
Epagri/Cepa. Florianópolis, SC, Brasil

GT03 - Evolução, estrutura, competitividade e dinâmica das cadeias agroindustriais

Resumo: O presente ensaio tem como objetivo explorar os contornos analíticos da noção de agronegócio no contexto catarinense, problematizando sua dimensão a partir da triangulação entre a literatura científica, os documentos técnico-institucionais e as evidências empíricas. Busca-se compreender como a sucessão de atividades integra produção, transformação e distribuição, formando cadeias produtivas estratégicas. Os resultados indicaram quatro aspectos centrais: (i) a agropecuária representa cerca de 7,1% do Valor Adicionado estadual, assumindo papel estruturante; (ii) as cadeias de proteína animal, grãos, leite, e florestal configuram sistemas produtivos estratégicos; (iii) as indústrias de Alimentos e bebidas e a de Papel e celulose, inteiramente agroindustriais, dependem da base agropecuária, representando juntas cerca de 30% do Valor Adicionado industrial; e (iv) 11% da remuneração total dos trabalhadores do setor de serviços correspondem a profissionais vinculados à agropecuária, florestas e pesca. Adicionalmente, o agronegócio catarinense revela-se complexo e particular: mais de 70% da produção provém da agricultura familiar, que integra as cadeias produtivas e participa do mercado de *commodities*, com destaque para proteína animal, grãos e leite. Cadeias como o tabaco têm forte relevância econômica e social, enquanto setores de fibras naturais, como algodão, são pouco representativos. A análise indica que compreender o agronegócio implica refletir sobre recortes analíticos que permitam apreender tanto sua dimensão econômica quanto suas especificidades territoriais e sociais capazes de revelar sua relevância econômica e social.

Palavras-chave: agropecuária; agricultura familiar; cadeias produtivas; cadeias agroindustriais; valor adicionado

Abstract: This essay aims to explore the analytical contours of the agribusiness concept in the context of Santa Catarina, problematizing its scope through the triangulation of scientific literature, technical-institutional documents, and empirical evidence. It seeks to understand how the succession of activities integrates production, processing, and distribution, forming strategic production chains. The results indicated four central aspects: (i) agriculture and livestock account for approximately 7.1% of the state's value added, assuming a structuring role; (ii) the animal protein, grains, dairy, and forestry chains constitute strategic production systems; (iii) the Food & Beverage and Pulp & Paper industries, entirely agro-industrial, depend on the agricultural base, together representing about 30% of industrial value added; and (iv) 11% of total remuneration in the services sector corresponds to workers linked to agriculture, forestry, and fishing. Additionally, Santa Catarina's agribusiness is complex and particular: over 70% of production originates from family farming, which integrates the production chains and participates in the commodity market, with emphasis on animal protein, grains, and dairy. Chains such as tobacco hold significant economic and social relevance, whereas sectors of natural fibers, such as cotton, are marginal. The analysis indicates that understanding agribusiness requires analytical frameworks that apprehend both its economic dimension and territorial and social specificities, revealing its economic and social significance.

Keywords: livestock and crop production; family farming; production chains; agro-industrial chains; value added.

¹ O presente estudo integra o projeto Fapesc/Epagri referente ao Termo de Outorga n°: 2025TR001949.

1. Introdução

Ao longo da história, a agricultura tem desempenhado papel central no desenvolvimento das sociedades humanas, ao assegurar a provisão de alimentos e estruturar formas de organização do trabalho, da produção e da reprodução material da vida social. Em diferentes contextos históricos, a atividade agrícola constitui não apenas a base da subsistência das populações, mas também um dos pilares da formação das economias e da organização dos sistemas produtivos (Mazoyer; Roudart, 2010; Fusonie, 1995). À luz dessas transformações, reflexões sobre as dinâmicas econômicas da produção de alimentos têm constituído um espaço de elaboração conceitual e sistematização teórica do agronegócio (Romero, 2024), evidenciando sua complexidade e a necessidade de uma abordagem conceitual abrangente. Nas últimas cinco décadas, a agropecuária perdeu participação na geração de renda da economia; contudo, “diante da desindustrialização (brasileira) e da valorização das *commodities*² no mercado internacional, esse segmento passou a superar os demais em termos de crescimento” (Belik, 2020, p. 114).

A partir da segunda metade do século XX, as transformações tecnológicas, organizacionais e institucionais na produção agropecuária evidenciaram sua inserção em dinâmicas econômicas ampliadas, marcadas pela intensificação das interdependências entre a agropecuária e os demais segmentos produtivos. Nesse contexto, o presente trabalho resgata contribuições teóricas oriundas das tradições anglo-saxã e francesa, não como síntese exaustiva, mas como base interpretativa que permite situar a agricultura em um campo analítico em construção, atento à evolução das interpretações que conformam o agronegócio, sem diluir suas distinções constitutivas. A recepção dessas abordagens deu origem a distintos arcabouços analíticos sobre a agropecuária e suas interrelações com os demais setores. No Brasil, destacam-se as contribuições de Zylbersztajn (1995, 2005, 2017), voltadas à coordenação e governança dos sistemas agroindustriais, bem como a atuação de instituições técnico-científicas e, ou multilaterais³ que recebem e sistematizam esses conceitos. Desse movimento, consolidou-se uma agenda orientada à mensuração econômica do agronegócio, com estudos como os de Furtuoso et al. (1998), Guilhoto et al. (2000), Nunes e Contini

² Agricultores familiares participam do mercado de commodities principalmente via cooperativas.

³ Instituições consideradas: EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, por ser referência em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para o setor agropecuário brasileiro; EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, responsável por gerar e difundir informações e tecnologias regionais; FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), por atuar na produção de estatísticas, políticas e diretrizes globais para a agricultura e segurança alimentar; *World Bank* – Banco Mundial (*International Bank for Reconstruction and Development*), por fornecer análises e financiamento de projetos para o desenvolvimento do setor agroalimentar.

(2001), Montoya et al. (2001) e Ferreira Filho (2004), que possibilitam o dimensionamento do agronegócio em diferentes escalas regionais.

O estado de Santa Catarina, embora represente apenas 1,12% do território nacional, é responsável por 5% de tudo o que o “agro brasileiro” vendeu ao exterior em 2022 (CNA, 2023). Investigar a extensão das relações das atividades agropecuárias, seja como demandante de bens e serviços ou ofertante, é fundamental para compreender a contribuição desse setor à economia do estado. É nesse contexto que surge a questão que orienta a presente investigação: **o que é o agronegócio catarinense?** A indagação pode parecer trivial, sobretudo em razão da ampla difusão do conceito no debate público, na literatura científica e nos discursos institucionais. Contudo, quando examinada sob perspectiva analítica, essa pergunta revela-se substancialmente mais complexa. Isso porque, o agronegócio não constitui um setor produtivo delimitado por classificações econômicas convencionais, mas a uma categoria analítica construída, cuja delimitação depende de recortes teóricos e de escolhas interpretativas acerca dos encadeamentos produtivos que articulam a agropecuária aos demais segmentos da economia.

A justificativa desta investigação se manifesta em três dimensões. Em primeiro lugar, no plano científico, responde à lacuna sobre os contornos do agronegócio em Santa Catarina, ainda pouco explorado, apesar da ampla difusão do conceito no debate acadêmico⁴ tanto no contexto brasileiro (Romero, 2024; Pereira et al., 2021) quanto no internacional (Mendonça, 2015). Tal lacuna evidencia a importância de compreender o agronegócio não apenas como um conjunto de atividades economicamente mensuráveis, mas como um fenômeno cuja delimitação analítica exige atenção às particularidades do território e às cadeias produtivas predominantes. No plano empírico, ao se ancorar em dados e indicadores capazes de caracterizar padrões estruturais e produtivos do estado, oferece um arcabouço para análises futuras. Por fim, no plano social e político, contribui para a compreensão das dinâmicas do agronegócio catarinense, marcada pela predominância da agricultura familiar⁵, oferecendo subsídios para o desenvolvimento rural e a formulação de políticas e estratégias.

⁴ A busca foi conduzida nas bases WoS, EBSCO e SciELO, além do Google Acadêmico, em português e inglês, com descritores incidentes nos títulos (*agribusiness, definition, concept, conceptual, perspectives, evolution, framework*), combinados por operadores booleanos, como revisão integrativa, sem pretensão de exaustividade.

⁵ Segundo dados do Censo Agropecuário (2017) sistematizados pela Epagri/Cepa (Epagri, 2019), a estrutura produtiva catarinense é predominantemente composta por unidades de base familiar, que representam cerca de 78% dos estabelecimentos rurais no estado. A definição de agricultura familiar é estabelecida pela Lei nº 11.326/2006. Importa destacar que a definição de categorias correlatas, como agricultura não familiar, frequentemente referida como patronal, empresarial ou comercial, envolveria uma discussão mais detida acerca de seus fundamentos teóricos e classificatórios, a qual, embora relevante, foge ao escopo da presente pesquisa.

Nesse sentido, definir o que se entende por agronegócio em um espaço econômico particular, como o estado de Santa Catarina, implica enfrentar um problema de natureza analítica que transcende a simples definição terminológica, exigindo a consideração das especificidades estruturais, produtivas e institucionais que caracterizam a economia regional. Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo: **explorar os contornos analíticos da noção de agronegócio no contexto catarinense**, problematizando sua dimensão à luz da literatura científica, de documentos técnico-institucionais e de evidências empíricas. A triangulação entre essas três dimensões de análise supracitadas permite construir um enquadramento analítico orientado à problematização do agronegócio catarinense, reconhecendo sua relevância econômica e a complexidade conceitual inerente à delimitação desse objeto. Para tanto, a presente investigação adota uma concepção ampliada de agronegócio, no qual abrange as múltiplas formas de produção agrícola. Nessa perspectiva, a agricultura familiar não apenas integra o agronegócio⁶, mas constitui um de seus pilares fundamentais no estado de Santa Catarina, onde sua expressiva presença produtiva, econômica e social a posiciona como elemento central na dinâmica do setor.

2. O conceito de “Agronegócio”

Compreender o agronegócio como objeto de análise implica situá-lo em um percurso teórico construído por diferentes tradições e interpretações. Essas abordagens refletem distintas maneiras de entender as transformações da agropecuária e suas relações com outros setores da economia. Nesse sentido, o agronegócio não se apresenta como definição estática, mas como construção analítica em constante desenvolvimento. Essa perspectiva permite acompanhar suas formulações iniciais e seus desdobramentos, evidenciando como o conceito se amplia à medida que novas dinâmicas produtivas e institucionais passam a integrar o setor.

2.1 Estudos seminais e perspectivas

A formulação seminal do conceito remonta ao trabalho clássico de John H. Davis e Ray A. Goldberg, publicado em 1957 na *Harvard Business School*. Nesse estudo, os autores cunharam o termo *agribusiness*⁷ para designar um conjunto ampliado de atividades

⁶ A compreensão da agricultura familiar como parte do agronegócio encontra respaldo em Zylbersztajn (2017).

⁷ Do ponto de vista etimológico, a palavra articula o radical latino *ager*, *agri*, que remete ao campo ou à terra cultivada, com o vocábulo *business*, de origem germânica, associado à ideia de atividade econômica organizada. Na língua portuguesa, consolidou-se a forma composta “agronegócio”, em que o prefixo “agro-” conserva a referência à agricultura e o substantivo “negócio”, derivado do latim *negotium*, designa ocupação, empreendimento ou transação comercial. Portanto, a expressão “agronegócio” constitui adaptação ao português do termo inglês *agribusiness* (Davis e Goldberg, 1957; Cunha, 2010)

econômicas relacionadas à produção agropecuária. Em sua definição clássica, afirmam que o *agribusiness*⁸ corresponde à “soma total de todas as operações envolvidas na fabricação e distribuição de suprimentos agropecuários, nas operações de produção nas propriedades rurais e no armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agropecuários e dos itens produzidos a partir deles” (Davis; Goldberg, 1957, p. 2). Tal formulação representou uma mudança substantiva no enfoque analítico da agropecuária, ao deslocar o objeto de análise da atividade para um sistema mais amplo de interdependências.

Essa perspectiva emergiu em contexto histórico marcado pela intensificação da industrialização da agropecuária e pela crescente especialização das atividades econômicas. Conforme Davis e Goldberg, o segmento alimentar e de fibras da economia havia evoluído “de uma condição de relativa autossuficiência para uma complexa interdependência com amplos setores da economia industrial” (1957, p. 6). Diversas funções tradicionalmente desempenhadas no interior da propriedade rural foram gradualmente transferidas para outros setores da economia, particularmente aqueles relacionados à fabricação de insumos, ao processamento industrial e à distribuição de produtos agropecuários.

Importa destacar que, para os autores, o *agribusiness* não resulta de um arranjo institucional previamente planejado, mas de um processo evolutivo associado à dinâmica de transformação tecnológica e econômica das sociedades industriais. Nesse sentido, Davis e Goldberg observam que o *agribusiness* moderno é “o produto de um complexo de forças evolutivas que atuaram ao longo de mais de um século, de forma relativamente espontânea e sem orientação centralizada” (1957, p. 6). Conforme os autores, tal processo teria conduzido à formação de uma estrutura econômica caracterizada pela crescente dispersão das funções produtivas originalmente concentradas na agropecuária, conferindo ao *agribusiness* um caráter complexo, descentralizado e segmentado, cuja delimitação analítica se torna, muitas vezes, difícil de visualizar ou descrever em termos estritamente setoriais.

A abordagem proposta por Davis e Goldberg também introduziu uma importante contribuição metodológica ao propor a organização do *agribusiness* em agregados analíticos

⁸ Do ponto de vista da dimensão histórico-conceitual, o termo *agribusiness* aparece inicialmente em Davis (1956), sendo posteriormente desenvolvido por Davis e Goldberg (1957), no âmbito da *Harvard Business School*, consolidando-se como referência seminal na literatura. A literatura registra ainda variações terminológicas, como “*agrobusiness*”, cuja utilização é inserida por Gorenstein (1998), refletindo diferentes momentos de assimilação e adaptação do conceito (Pereira et al., 2021). Tais variações, contudo, não são só linguísticas, mas expressam processos de apropriação teórica e institucional do termo, associados às especificidades do debate acadêmico e das práticas técnico-institucionais no país. Embora *agribusiness* seja a terminologia consagrada, sua incorporação em língua portuguesa deu origem ao termo “agronegócio”.

que permitem compreender as diferentes etapas do processo produtivo. Nesse modelo, o sistema poderia ser examinado a partir de três grandes segmentos: o fornecimento de insumos agropecuários, a produção agropecuária propriamente dita e as atividades de processamento e distribuição dos produtos. Essa estrutura, posteriormente conhecida como *triaggregate*⁹, permitiu visualizar a agropecuária como parte integrante de um sistema econômico mais amplo, constituído por encadeamentos que articulam diferentes setores.

Paralelamente às contribuições da literatura anglo-saxã, a literatura europeia desenvolveu uma abordagem distinta, embora convergente em diversos aspectos analíticos. Entre os autores mais influentes nesse campo destaca-se Louis Malassis, cujas reflexões contribuíram para a formulação do conceito de Sistema Agroalimentar. Em seus trabalhos, Malassis argumenta que os fenômenos relacionados à agricultura e à alimentação devem ser compreendidos no interior de um conjunto socioeconômico mais amplo, no qual a agricultura constitui apenas um dos elementos de um sistema mais complexo de produção e consumo de alimentos. Como observa o autor, “a agricultura constitui um subconjunto incluído em dois outros subconjuntos: o agroalimentar e o rural” (Malassis, 1979, p. 3). Conforme defende,

a economia agroalimentar pode ser considerada uma disciplina em processo de elaboração. Ela abrange o conjunto das atividades que, no âmbito nacional, concorrem para a função “alimentação”. Seu campo corresponde, em termos gerais, ao do *agribusiness*, tal como definido há alguns anos por Goldberg (1979, p. 5).

Nessa perspectiva, a chamada economia agroalimentar emerge como um campo de investigação voltado ao estudo do conjunto de atividades que contribuem para a função alimentar no interior de uma economia nacional. Segundo Malassis, trata-se de uma disciplina em formação que busca compreender as múltiplas relações existentes entre produção agrícola, processamento industrial, distribuição e consumo alimentar (Malassis, 1979). Embora o autor reconheça que o campo analítico da economia agroalimentar se aproxima do conceito de *agribusiness* desenvolvido por Goldberg, sua abordagem enfatiza de maneira mais explícita as dimensões sociais e estruturais que organizam os sistemas alimentares.

Um dos aspectos centrais dessa abordagem reside no reconhecimento de que, embora a agricultura permaneça como atividade fundamental para a produção de alimentos, sobre essa base se constrói uma estrutura industrial e comercial cada vez mais complexa e

⁹ Distinguem-se diferentes níveis de agregação analítica: o *Primary Triaggregate* (Triagregado Primário) compreende os agregados de suprimentos agrícolas, produção agropecuária (*farming*) e processamento e distribuição; e o *Secondary Triaggregate* (Triagregado Secundário) abrange apenas a produção agropecuária (*farming*), o processamento de alimentos e de fibras, refletindo recortes distintos na delimitação das atividades que compõem o sistema agroindustrial.

dominante. Conforme ressalta, essa transformação estaria associada à crescente divisão social do trabalho nas sociedades contemporâneas, processo que conduz a uma situação na qual a produção e o fornecimento de alimentos passam a depender de um número crescente de agentes não-agrícolas. Nos trabalhos posteriores, particularmente em *Economie Agro-Alimentaire* (1973) e *Food Systems Analysis* (1983), o autor aprofunda ao propor a análise dos fenômenos alimentares a partir da articulação entre diferentes níveis de organização econômica e social. Em *Alimenter les Hommes* (1994), ele reformula parcialmente sua abordagem ao adotar o conceito de sistema alimentar, definido como “o conjunto de atividades coordenadas que permitem ao homem alimentar-se e a forma pela qual as sociedades se organizam, no espaço e no tempo, para obter e consumir alimentos”.

Essa concepção, em linhas gerais, definiu o conceito de *filière*¹⁰ (Malassis, 1973), amplamente difundido na literatura francesa, que permite examinar os encadeamentos produtivos associados a um determinado produto ou conjunto de produtos. Conforme destacado por Yves Morvan, a *filière* pode ser compreendida como uma sequência de operações que conduzem à produção de bens, cujas articulações são influenciadas tanto pelas possibilidades tecnológicas quanto pelas estratégias econômicas dos agentes envolvidos (Morvan, 1985 *apud* Zylbersztajn, 2000). Nesse contexto, as relações entre os agentes são complementares e orientadas por mecanismos que organizam os fluxos produtivos.

A partir dessas contribuições, consolidou-se uma perspectiva que compreende as atividades agroalimentares como sistemas complexos de produção, transformação e circulação, articulados por relações organizacionais e institucionais. No contexto brasileiro, destacam-se os trabalhos de Décio Zylbersztajn, que ampliam o conceito de agronegócio ao incorporar elementos da Nova Economia Institucional, como custos de transação, contratos e direitos de propriedade (Zylbersztajn, 2017). Nessa abordagem, os sistemas agroindustriais¹¹

¹⁰ O conceito de *filière*, oriundo da literatura francesa, refere-se à sequência de atividades e operações que transformam uma matéria-prima até o produto final destinado ao consumo. Trata-se de uma abordagem situada em nível intermediário de análise (meso-agregação), voltada a um produto específico, que permite identificar os agentes envolvidos, os caminhos percorridos pelo produto e os mecanismos que regulam o fluxo de bens e fatores de produção. Nesses termos, sua aplicação aproxima-se da noção de cadeia agroindustrial, ao destacar a sucessão organizada de etapas produtivas que podem envolver diferentes setores (Zylbersztajn, 1995).

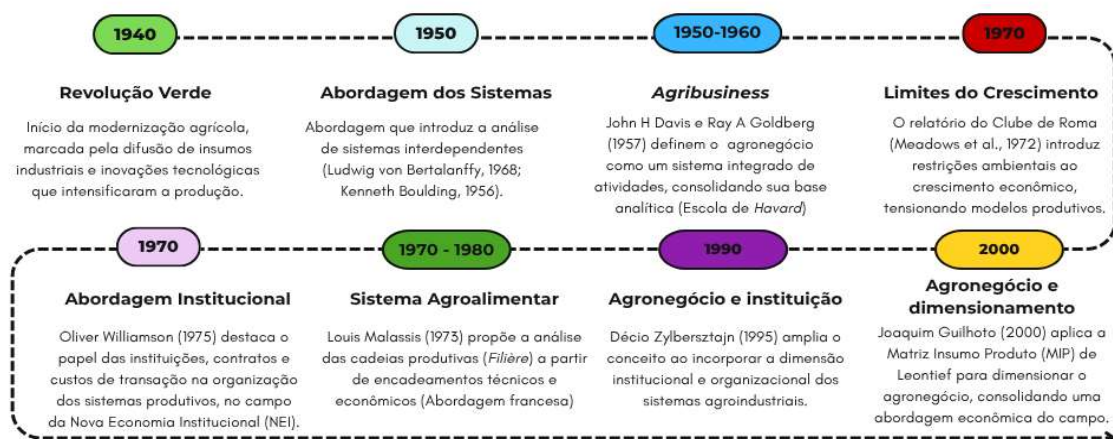
¹¹ Na literatura, conceitos como sistema agroindustrial (SAI) e complexo agroindustrial (CAI) são frequentemente utilizados de forma indistinta, embora correspondam a abordagens analíticas distintas. O SAI refere-se a um recorte que organiza, de forma sequencial, o conjunto de atividades necessárias à transformação de insumos em produtos, constituindo uma perspectiva analítica generalista. Já o CAI, embora também possua enfoque processual, enfatiza as inter-relações horizontais e verticais. Tais distinções evidenciam a importância de compreender o caráter sistêmico do agronegócio sob uma perspectiva dinâmica (Batalha, 2021; Romero, 2024). No contexto brasileiro, a noção de sistema agroindustrial (SAG), conforme difundida por Zylbersztajn (1995), constitui a adaptação da SAI. Já a cadeia agroindustrial, conforme Neves (2023), é a unidade de análise

são entendidos como arranjos organizacionais regulados por mecanismos institucionais que estruturam as interações entre os agentes em diferentes níveis (Zylbersztajn, 2005). Ademais, vale destacar que o conceito de agronegócio, para o autor,

não tinha o significado distorcido voltado para o eventual conflito entre grandes corporações e pequenos agricultores familiares, como é visto no Brasil. O conceito considera apenas que a agricultura faz parte da esfera de fenômenos de negócios. Um pequeno agricultor faz parte do sistema de agronegócio tanto quanto uma grande fazenda corporativa (2017, p. 114).

A consolidação dessas abordagens deve ser compreendida em um contexto mais amplo de formulação de referenciais voltados à compreensão da complexidade dos sistemas produtivos, nos quais agricultura, indústria e ciência se articulam de forma crescente. Nesse cenário, contribuições como a Teoria Geral dos Sistemas (Bertalanffy, 1968), o debate sobre os Limites do Crescimento (Meadows et al., 1972) e as transformações técnicas associadas à Revolução Verde (Borlaug, 1970) ajudam a situar a emergência do conceito de agronegócio. Mais do que marcos isolados, esses aportes evidenciam como o conhecimento e a prática nesse campo se desenvolvem de maneira interdependente, sob a influência de diferentes correntes teóricas e processos históricos e econômicos, conforme representado na figura 1.

Figura 1 - Evolução do conceito de agronegócio em perspectiva teórica e histórico-econômica



Fonte: Elaborada pelas autoras (2026) com base no *corpus* de análise da pesquisa.

Nota: Em termos analíticos, distinguem-se dois enfoques complementares: a abordagem estrutural das cadeias (filière), associada a Malassis (1973); e a concepção sistêmica do agronegócio, formulada por Davis e Goldberg (1957). Tanto o enfoque de Harvard quanto o da escola francesa, compartilham uma gênese comum na matriz de Leontief, adotando essa base analítica para compreender as interdependências econômicas no agronegócio.

2.2 Interpretações tecno-institucionais do agronegócio

do agronegócio, entendido como o conjunto dessas cadeias, correspondendo, em termos analíticos, aos encadeamentos em torno de produtos específicos como, por exemplo, a cadeia do leite, da carne, dentre outras.

Nesse processo de difusão, as formulações originalmente desenvolvidas por autores como Davis e Goldberg, posteriormente ampliadas por contribuições como as de Malassis e reinterpretadas no contexto brasileiro por Zylbersztajn, passaram a informar também uma vasta produção técnico-institucional dedicada à caracterização das dinâmicas produtivas associadas à agropecuária e à alimentação ao longo da história. Desse modo, o conceito de agronegócio deixou de constituir apenas uma formulação teórica oriunda de determinadas tradições intelectuais para assumir, igualmente, a condição de categoria interpretativa mobilizada em estudos aplicados e relatórios institucionais. É nesse terreno que se situa a chamada literatura técnico-institucional, na qual o conceito é retomado e reelaborado.

No plano nacional, a Embrapa e a Epagri consolidam a visão do agronegócio como um sistema econômico ampliado, que ultrapassa os limites da produção agrícola, incorporando atividades a montante e jusante da cadeia produtiva. Ao analisar o agronegócio, a Epagri destaca seu caráter sistêmico, abrangendo “toda a esfera de produção, insumos e máquinas, produção agrícola, agregação de valor e distribuição até o consumidor final” (Vieira; Reiter/Epagri, 1999, p. 47). A instituição entende que a produção de alimentos e de diversos produtos e insumos, cuja matéria-prima se origina no setor agropecuário, envolve múltiplas atividades que se interligam e se condicionam ao longo do processo produtivo. Tais atividades vão desde a produção industrial de insumos, máquinas e implementos, até a produção no campo e, posteriormente, a atuação do comércio e dos serviços, com funções de transporte, distribuição e vendas (Vieira; Reiter/Epagri, 1999).

Em uma perspectiva única, a Embrapa (2018, 2024) apresenta três conceitos para agronegócio: a primeira, como rede que envolve a produção e comercialização de insumos, a produção agropecuária e a transformação, distribuição e comercialização de produtos agropecuários; a segunda, como sistema constituído de cadeias produtivas formadas por fornecedores de insumos e serviços, produção agropecuária, indústria de processamento, agentes de distribuição e comercialização, com objetivo comum de suprir o consumidor; e a terceira, como conjunto de operações de produção, armazenamento, distribuição e comercialização, incluindo serviços de apoio (Embrapa, 2005 *apud* Silva, 2011, p. 32).

No plano internacional, a FAO e o World Bank reforçam a perspectiva sistêmica. Segundo a FAO (2013; 2017), o agronegócio pode ser entendido como a expansão das atividades empresariais no setor agrícola e rural e em suas cadeias, envolvendo diversos agentes e cadeias agroindustriais (fornecedores de insumos, agro-processadores, comerciantes, exportadores e varejistas), evidenciando a diversidade de atores envolvidos. A

instituição define agronegócio como o conjunto de atividades empresariais vinculadas à agricultura e organizadas ao longo das cadeias de valor agroalimentares, envolvendo desde o fornecimento de insumos e serviços produtivos até o processamento, distribuição e comercialização de produtos agrícolas e alimentares, desempenhando papel central na promoção da segurança alimentar, na geração de emprego, renda e no desenvolvimento econômico rural. De forma complementar, o Banco Mundial caracteriza-o como “um conjunto de atividades econômicas no qual o setor agrícola se sobrepõe e se articula com os setores manufatureiro, de serviços e outros segmentos da economia” (2017, p. 1).

Tal diversidade terminológica não implica, contudo, divergência substantiva quanto ao núcleo analítico do conceito, que permanece centrado na ideia de que a agropecuária contemporânea se organiza em torno de redes complexas de atividades econômicas interdependentes que transcendem o espaço estritamente agrícola.

3. O agronegócio do estado de Santa Catarina

A trajetória do conceito de agronegócio evidencia um processo contínuo de ampliação analítica. Desde suas origens na literatura anglo-saxã, passando pelas contribuições da economia agroalimentar europeia e pelas interpretações institucionalistas, o conceito foi progressivamente enriquecido e adaptado a diferentes agendas de pesquisa. Nas últimas décadas, consolidou-se uma abordagem orientada à mensuração econômica do setor, especialmente por meio de matrizes de insumo-produto¹², que permitem identificar e quantificar os encadeamentos produtivos a montante e a jusante da agropecuária. Essa perspectiva considera não apenas a produção primária, mas também os segmentos industriais e de serviços associados, permitindo compreender o agronegócio como um sistema econômico integrado. Nesse contexto, o trabalho de Guilhoto et al. (2000) destaca-se como referência, oferecendo instrumentos metodológicos amplamente utilizados para a análise das cadeias produtivas agroalimentares no Brasil e em Santa Catarina.

No contexto estadual, a aplicação dessas metodologias evidencia um complexo agroindustrial articulado, no qual produção agropecuária, indústria e serviços mantêm interações intensas, com impactos significativos sobre produto, emprego e circulação de renda (Luz; Fochezatto, 2023; Guilhoto et al., 2007; Sesso-Filho et al., 2018). Diferentes estudos buscaram estimar a participação do agronegócio no PIB estadual, produzindo resultados que

¹² A matriz de insumo-produto é uma representação quantitativa das transações intersetoriais de uma economia, evidenciando como os setores produtivos compram insumos uns dos outros e fornecem produtos para a demanda final (Miller & Blair, 2009).

variam conforme o período analisado e os procedimentos metodológicos adotados. O quadro 1 sintetiza algumas dessas estimativas. Segundo elas, a participação do agronegócio no PIB estadual variou ao longo do tempo: nas primeiras décadas dos anos 2000, chegou a superar 50% do total estadual, refletindo a elevada densidade dos encadeamentos produtivos, enquanto estudos mais recentes indicam participação em torno de 30%, resultado da diversificação econômica e de ajustes metodológicos entre estimativas. A aplicação dessas metodologias ao contexto regional evidencia a relevância do agronegócio na estrutura produtiva de Santa Catarina.

Quadro 1- Participação do agronegócio e seus agregados - Santa Catarina, 2000 a 2020.

Autor	Ano	Part. no PIB de SC	Insumos (montante)	Agropec. (núcleo)	Indústria (jusante)	Serviços (distribuição)
Luz e Fochezatto (2023)	2000	37,3%	3,02%	10,91%	45,79%	40,29%
Guilhoto et al. (2007)	2002	50,23%	5,55%	24,81%	40,18%	29,46%
Guilhoto et al. (2007)	2003	53,46%	5,56%	28,86%	38,55%	27,03%
Guilhoto et al. (2007)	2004	54,46%	5,40%	25,70%	42,40%	26,50%
Guilhoto et al. (2007)	2005	-	5,22%	23,53%	44,02%	27,22%
Sesso-Filho et al. (2018)	2008	36,0%	4,03%	19,30%	33,91%	42,75%
Luz e Fochezatto (2023)	2010	29,9%	3,41%	8,76%	38,61%	49,23%

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026) a partir da revisão bibliográfica.

Analisando os agregados¹³, observa-se que a agropecuária, núcleo do agronegócio, manteve relevância consistente, com participação entre 8% e 29% do total, evidenciando seu papel estruturante. A indústria, responsável pelo processamento e agregação de valor, respondeu por aproximadamente 33% a 45% do total, consolidando-se como elo essencial nas cadeias agroalimentares. Os serviços, por sua vez, passaram de cerca de 27% em 2004 para aproximadamente 50% em 2010, destacando a importância do transporte, armazenagem, logística e distribuição na eficiência econômica e no desenvolvimento regional.

¹³ No contexto do agronegócio, o setor a montante refere-se às atividades e empresas que fornecem bens de capital, insumos industriais e serviços para a produção agropecuária. Já o setor a jusante, ou agroindústria, engloba as empresas que processam, armazenam, transportam e distribuem as matérias-primas produzidas no campo. Essa distinção permite compreender o agronegócio como um sistema integrado em que o núcleo agropecuário sustenta fluxos econômicos mais amplos (Sesso-Filho, 2018).

Ademais, o agronegócio familiar, analisado por Guilhoto et al. (2007), mantém papel central nesse contexto, contribuindo de forma significativa para o PIB estadual e para a riqueza do setor agropecuário. Seus resultados, para dados dos anos 2000, indicam que esse segmento corresponde a cerca de um quinto do PIB estadual e representa cerca de 40% do valor gerado pelo agronegócio, reforçando sua relevância econômica e social. Culturas estratégicas, como a fumicultura, tradicional nas propriedades familiares catarinenses e praticamente ausente na agricultura de grande porte, ilustram o protagonismo produtivo do segmento e sua capacidade de sustentar fluxos econômicos no período analisado.

Além de sua relevância em termos de produto, o agronegócio catarinense exerce forte impacto sobre o mercado de trabalho. Segundo Sesso-Filho et al. (2018), em 2008 o setor foi responsável por gerar aproximadamente 1,86 milhão de empregos no estado, correspondendo a cerca de 49% do total de postos de trabalho. Essa ocupação distribuiu-se entre os agregados de insumos (3,65%), agropecuária (40,18%), indústria (27,34%) e serviços (28,83%), evidenciando a importância não apenas do núcleo agropecuário, mas também das etapas industriais e de serviços na manutenção e expansão da força de trabalho regional. Esses dados reforçam a compreensão do agronegócio como um sistema integrado, em que a geração de emprego acompanha e reforça os fluxos econômicos e a sofisticação produtiva das cadeias.

Dessa forma, o dimensionamento do agronegócio em Santa Catarina vai além da contabilização de valores, funcionando como instrumento para compreender a complexidade das inter-relações inerentes. A revisão empreendida permite interpretar o papel estruturante do agronegócio no desenvolvimento econômico regional, evidenciando como o núcleo agropecuário sustenta fluxos produtivos, territoriais e sociais amplos, enquanto os agregados industriais e de serviços ampliam a agregação de valor, o dinamismo do setor e o emprego.

4. Elementos analíticos para a compreensão do agronegócio catarinense sob a perspectiva da estrutura produtiva

Nesta seção, busca-se compreender os contornos do agronegócio catarinense, observando sua produção, transformação e emprego. Trata-se de um olhar preliminar, que procura iluminar o escopo do setor e os elementos que lhe conferem consistência, oferecendo elementos de compreensão sobre sua dinâmica e organização.

4.1 A participação da agropecuária na economia catarinense

À luz desse enquadramento analítico, a leitura da estrutura produtiva integrada por meio do Valor Adicionado Bruto (VAB) permite apreender a participação relativa dos

diferentes setores na composição do produto estadual (Figura 3). Para o último ano com dados disponíveis do IBGE (2023), a agropecuária respondeu por 7% do VAB estadual, enquanto os serviços concentraram 64% e a indústria participou com 29%, evidenciando a predominância do setor de serviços na geração de valor, seguida pela indústria, com menor participação relativa da agropecuária. A agropecuária catarinense, embora sujeita a oscilações conjunturais, mantém papel estruturante na economia estadual. Entre 2022 e 2023, após crescimento discreto de 0,76% em 2022, o setor expandiu 10,2%, elevando sua participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) de 6,1% para 7,1%, demonstrando dinamismo e ganho relativo de centralidade (SEPLAN, 2024; 2025). Em perspectiva histórica, sua participação caiu de 10,3% em 2002 para 7,1% em 2023, reflexo do avanço mais rápido de setores como serviços.

Figura 4 - Evolução da participação do Valor Adicionado, em percentual, segundo setores de atividade econômica, Santa Catarina, 2010 - 2023



Fonte: Dados do IBGE. Adaptado do SEPLAN (SANTA CATARINA, 2026).

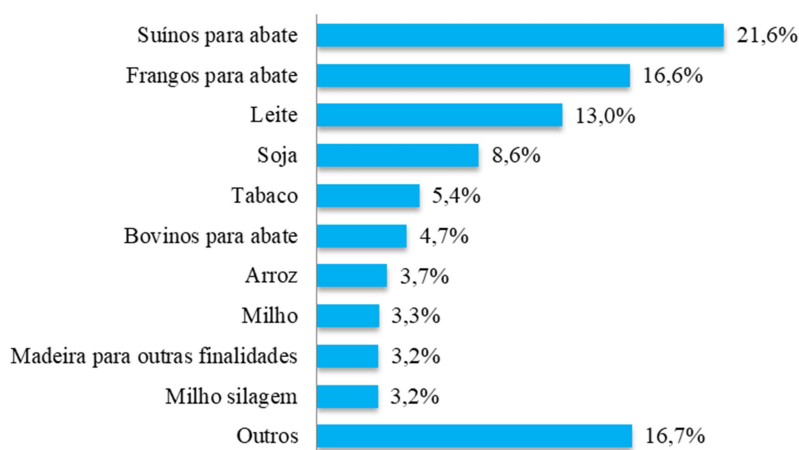
A incorporação de dados mais recentes, com base em indicadores trimestrais, aprofunda, sem romper, essa análise, ao permitir maior precisão na leitura conjuntural. Nesse plano, privilegiam-se indicadores em termos percentuais e de volume (*quantum*). Em 2025, a agropecuária apresentou crescimento de 12,9%, com destaque para a agricultura, cujo volume produzido avançou 21%, após retração no ano anterior (SEPLAN, 2026, p. 8). Por outro lado, a expansão da oferta implicou queda de 9,6% nos preços agrícolas, revelando tensões na formação do valor. Em contraste, a pecuária combinou crescimento produtivo (3,7%) com valorização expressiva de preços, sustentada, sobretudo, pelo desempenho das exportações (SEPLAN, 2026, p. 17). Esse comportamento evidencia a heterogeneidade interna do setor e sua forte articulação com mercados externos. Ademais, ao responder por 6,8% da ocupação e

gerar saldo positivo de empregos formais¹⁴, a agropecuária, em articulação com as atividades florestais, reafirma sua função estruturante, não apenas como componente do produto, mas como base material e dinâmica de sustentação da economia catarinense.

4.2 Cadeias produtivas e organização produtiva da agropecuária catarinense

O Valor da Produção Agropecuária (VPA) dos 10 produtos de maior relevância econômica em Santa Catarina, expressos em milhões de reais, permite identificar os produtos mais representativos na composição da agropecuária, e, possivelmente, do agronegócio estadual. A análise evidencia, simultaneamente, a diversidade produtiva do estado e a concentração econômica em determinados segmentos estratégicos, como se observa a seguir.

Figura 6 - Participação do Valor da Produção Agropecuária, em percentual, dos 10 principais produtos da agropecuária - Santa Catarina, 2024



Fonte: Adaptado do Observatório Agro catarinense, 2024 (Epagri;/Cepa, 2026).

A avaliação do VPA revela que o agronegócio catarinense se destaca nas cadeias de proteína animal, grãos, leite, tabaco e florestal. Embora distintas em escala e organização, essas cadeias convergem para sistemas produtivos integrados, nos quais a produção primária sustenta a transformação industrial, logística, comercialização e serviços associados. Segmentos como suínos, frangos e leite evidenciam não apenas seu peso no VPA estadual, mas também sua função estratégica na geração de valor agregado. Complementa-se essa análise com indicadores empíricos, características organizacionais e grau de integração industrial e territorial, mostrando que a relevância econômica vai além da produção primária e consolidando Santa Catarina como um complexo agroindustrial integrado e competitivo. Em

¹⁴ Saldo positivo de empregos formais: diferença líquida entre admissões e desligamentos de trabalhadores com carteira assinada; saldo positivo indica criação líquida de vagas formais (BRASIL, s.d)

conjunto, essas cadeias sugerem que o dinamismo econômico de Santa Catarina não se estrutura de forma setorialmente fragmentada, e que a agropecuária assume função organizadora e a inserção do estado nos mercados nacional e internacional (Quadro 2).

Quadro 2 - Estrutura e dinâmica das cadeias produtivas estratégicas catarinenses, 2026

Cadeia produtiva	Base empírica	Características estruturais	
Proteína animal (aves e suínos)	Liderança nacional nas exportações de carne suína; carnes entre os principais itens exportados.	Alta integração entre produtores, cooperativas e agroindústrias; forte agregação de valor na indústria de alimentos; elevada inserção internacional.	(FIESC, 2024; SANTA CATARINA, 2026)
Grãos (milho e soja)	Base da alimentação animal; crescimento expressivo do <i>quantum</i> agrícola.	Função estratégica como insumo para cadeias a jusante (ração → pecuária); articulação direta com a agroindústria de alimentos para animais e humanos	(SANTA CATARINA, 2026; Epagri/Cepa, 2024)
Florestal (madeira, papel e celulose)	Produção relevante de madeira plantada e produtos derivados.	Cadeia verticalizada, com forte presença industrial; integração entre silvicultura e transformação.	(FIESC, 2024)
Tabaco (fumo)	Segundo maior exportador nacional; ampla base produtiva.	Forte presença da agricultura familiar; elevada organização produtiva e inserção externa.	(FIESC, 2024; Epagri/Cepa, 2026)
Leite e derivados	Produção distribuída territorialmente; crescimento contínuo.	Cadeia capilarizada, com importância econômica e social; articulação com agroindústrias regionais.	(Epagri/Cepa, 2024)

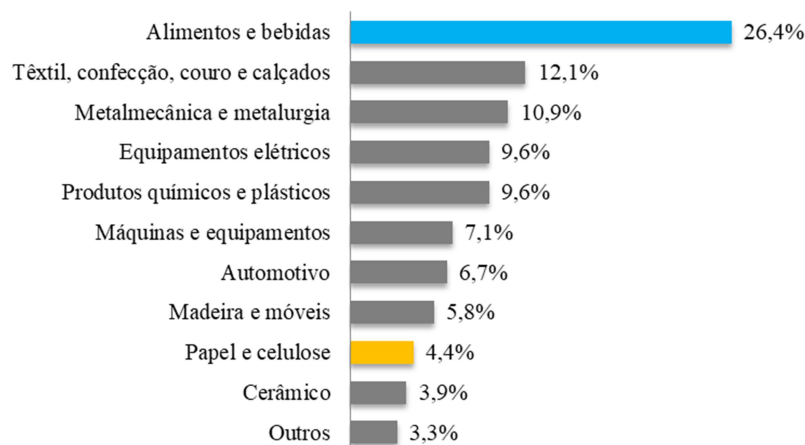
Fonte: Elaborado pelas autoras (2026) a partir da revisão bibliográfica.

4.3 A base agropecuária como eixo estruturante da indústria catarinense

A articulação entre os dados da agropecuária e aqueles provenientes da indústria, especialmente no âmbito do setor de Alimentos e bebidas, permite sugerir, com maior clareza, que o dinamismo recente da economia catarinense se organiza como expressão de um complexo agroindustrial integrado. Essa relação se evidencia de maneira particularmente clara na estrutura da indústria estadual, cuja principal especialização reside no processamento de produtos de origem agropecuária. O setor de Alimentos e bebidas, responsável pelo maior Valor Adicionado Bruto (VAB) industrial do estado, com participação de 24,9% do total, e a indústria de celulose, com 4,4%, juntos representam aproximadamente 1/3 do VAB industrial, para dados de 2022 (FIESC, 2024). Cabe destacar que estes setores são integralmente

incluídos no dimensionamento do agronegócio como parte do setor agroindustrial. Essa especialização não apenas sugere uma dependência da indústria em relação à agropecuária, mas também indica efeitos multiplicadores ao longo de toda a cadeia, como fabricação de insumos, logística, serviços sanitários e incorporação tecnológica.

Figura 7 - Participação do setor no Valor Bruto da Produção Industrial, em percentual - Santa Catarina, 2022



Fonte: Adaptado da FIESC (2024).

Nota: Os ponderadores do CEPEA refletem o percentual de incorporação de cada segmento no PIB agroindustrial: têxteis (48,49%), vestuário e acessórios (20,23%), couro e calçados (62,01%), madeira e móveis (23,40%), alimentos e bebidas (100%) e papel e celulose (100%), permitindo notar a contribuição proporcional por setor.

O setor de Têxtil, confecção, couro e calçados, embora apresente participação relevante no Valor Bruto da Produção (VBP) industrial (12,1%), tende a contribuir de forma limitada para o agronegócio catarinense no segmento têxtil, em razão da reduzida produção estadual de algodão e outras fibras naturais (Epagri/Cepa, 2026).

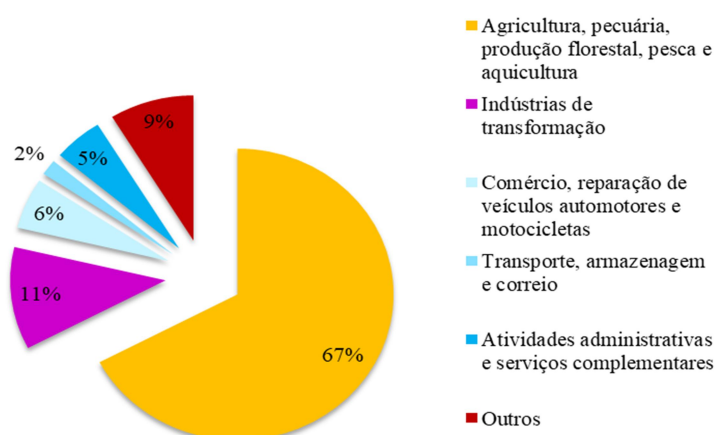
A inserção internacional do estado evidencia que o complexo agroindustrial é o principal vetor da competitividade catarinense. Carnes de aves e suínos lideram as exportações, com a carne suína passando de 26,6% para 55,8% do total brasileiro entre 2007 e 2022 (FIESC), resultado de um arranjo produtivo integrado entre produtores, cooperativas e agroindústrias, pautado em qualidade e inovação para atender às demandas globais.

4.4 O mercado de trabalho e a função da agropecuária na geração de emprego e renda

A análise da remuneração do fator trabalho composta por trabalhadores classificados como agropecuários evidencia a profunda inserção da agropecuária em toda a estrutura econômica catarinense (Figura 7). O núcleo primário concentra 67% da remuneração, reafirmando sua função como motor produtivo, mas também se articula de maneira

significativa com os demais agregados para dados de 2024. Na indústria de transformação, 11% da remuneração está associada a trabalhadores vinculados à agropecuária, enquanto, nos serviços de apoio e nos setores complementares, essa participação alcança 13%. Esse resultado evidencia o papel estruturante da agropecuária na organização do sistema produtivo, ao demonstrar como suas atividades permeiam os fluxos econômicos, tecnológicos e logísticos que articulam os diferentes segmentos do agronegócio.

Figura 7 - Remuneração total de trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca segundo setor de atividade, Santa Catarina, 2024



Fonte: Ministério da Economia. RAIS – Relação Anual de Informações Sociais / CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, Santa Catarina, 2024¹⁵.

Nota: Para os estabelecimentos foi utilizado a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, identifica o setor de atuação das empresas (CNAE) - seção 2.0; Para os trabalhadores, Classificação Brasileira de Ocupações, padroniza as funções exercidas pelos trabalhadores (CBO) - Grande Grupo “Trabalhadores Agropecuários, florestais e da pesca”.

Os dados indicam que os trabalhadores “agropecuários, florestais ou da pesca” são integrados ao processamento industrial, à logística e aos serviços associados, indicando a capilaridade e a influência estrutural do setor primário sobre toda a economia estadual.

5. Considerações finais

¹⁵ Ressalta-se que os dados oriundos da RAIS/CAGED (BRASIL, 2026), embora apresentem limitações inerentes à sua natureza administrativa, notadamente por se referirem ao estabelecimento empregador, conforme classificação da CNAE, e por abrangerem exclusivamente vínculos formais de trabalho, constituem uma fonte de relevância para fins deste estudo. Isso se deve à sua ampla cobertura nacional, à padronização das informações e à possibilidade de apreender, com elevado grau de desagregação setorial e territorial, a estrutura do emprego e da remuneração associada às atividades econômicas. No contexto de um estudo de caráter exploratório, voltada à compreensão do escopo do agronegócio catarinense em processo de delimitação conceitual, tais informações mostram-se particularmente valiosas na medida em que permitem identificar padrões, aproximações empíricas e eixos estruturantes do fenômeno, oferecendo subsídios importantes para a construção analítica do objeto. Assim, mais do que uma representação exaustiva do agronegócio local, os dados mobilizados são um instrumento que iluminam dimensões formais e observáveis das dinâmicas produtivas e laborais que o compõem.

A investigação conduzida indica que o agronegócio catarinense não se apresenta como um objeto dado, nem se limita a classificações econômicas convencionais. Sua compreensão exige articular diferentes tradições teóricas, desde a formulação seminal do *agribusiness* até abordagens agroalimentares e institucionalistas, revelando seu caráter ampliado e relacional. Assim, entender o agronegócio em Santa Catarina implica reconhecer os encadeamentos produtivos que conectam agropecuária, indústria e serviços. As contribuições examinadas sugerem que é precisamente nessa articulação que reside a inteligibilidade do setor, cuja delimitação depende dos recortes teóricos e metodológicos adotados.

As evidências apresentadas ao longo do estudo — incluindo a geração de empregos no setor agropecuário, a remuneração de trabalhadores em empresas de outros segmentos, o elevado VBP das atividades com forte encadeamento industrial e de serviços, e a expressiva participação das agroindústrias no Valor Adicionado (VA) estadual — indicam que a agropecuária constitui o núcleo de capitalização e orientação das cadeias produtivas em Santa Catarina, constituindo um elemento importante da economia estadual e influenciando as relações econômicas nas quais as famílias agricultoras participam.

Do ponto de vista ontológico, o agronegócio catarinense não se configura como um setor previamente delimitado, mas como uma forma de organização econômica que se expande para além da produção agropecuária estrita. Epistemologicamente, sua apreensão ocorre por meio de construções analíticas capazes de ordenar e tornar inteligível essa amplitude, recorrendo a recortes e agregações que evidenciam sua composição e relevância econômica, ao mesmo tempo em que destacam a importância de procedimentos de mensuração para estudos futuros. O estudo, assim, não define de forma única o agronegócio catarinense, mas descreve as condições sob as quais ele pode ser reconhecido e analisado.

Portanto, este ensaio apresentou uma caracterização do agronegócio catarinense, articulando elementos produtivos, industriais e de serviços para revelar sua estrutura e dinâmica. Foram feitos apontamentos sobre o núcleo agropecuário, reconhecido como base para os demais elos das cadeias a jusante. Essa primeira aproximação respeitou a diversidade interna e as especificidades territoriais que moldam sua atuação, permitindo compreender a importância econômica, social e estrutural do agronegócio em Santa Catarina, ao mesmo tempo em que estabelece notas conceituais e empíricas para análises futuras e potenciais desdobramentos.

Referências

- BATALHA, M. O. **Gestão e economia dos sistemas agroindustriais**. In: BATALHA, M. O. (coord.). Gestão agroindustrial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- BELIK, W. **Estudo sobre a cadeia de alimentos**. São Paulo: Instituto Imaflora; Instituto Ibirapitanga; Instituto Clima e Sociedade, 2020. 126 p.
- BERTALANFFY, L. von. **General system theory: foundations, development, applications**. New York: George Braziller, 1968.
- BORLAUG, N. E. **The green revolution, peace, and humanity**. Oslo: Norwegian Nobel Institute, 1970.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF: MTE, 2024. Disponível em: <<https://bi.trabalho.gov.br/bgcaged/>>. Acesso em: 2 mar. 2026.
- CNA. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Agro que transforma, impulsiona e promove**. Brasília: CNA, 2023. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br>>. Acesso em: 2 mar. 2026.
- DAVIS, J. H. **From agriculture to agribusiness**. Harvard Business Review, Boston, v. 34, n. 1, p. 107–115, 1956.
- DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1957.
- EPAGRI/CEPA. **Observatório Agro Catarinense: desempenho do agro – painéis**. Florianópolis: Epagri/Cepa, [s.d.]. Disponível em: <https://www.observatorioagro.sc.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2026.
- EMBRAPA. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. Brasília, DF: Embrapa, 2018.
- EMBRAPA. **Plano Diretor da Embrapa 2024–2030**. Brasília, DF: Embrapa, 2024.
- FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Enabling environments for agribusiness and agro-industries development: regional and country perspectives**. Rome: FAO, 2013.
- FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Agri-food systems and value chains: global overview**. Rome: FAO, 2017.
- FIESC. **Atlas da competitividade da indústria catarinense**. Florianópolis: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 2024.
- FURTUOSO, M. C. O.; GUILHOTO, J. J. M. Estimativa e mensuração do agronegócio brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 9–33, 1998.
- FURTUOSO, M. C. O.; GUILHOTO, J. J. M.. Estimativa e mensuração do produto interno bruto do agronegócio da economia brasileira, 1994 a 2000. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 41(4), 803-827, 2003.
- FUSONIE, A. E. John H. Davis: architect of the agribusiness concept revisited. **Agricultural History**, Berkeley, v. 69, n. 2, p. 326–348, 1995.
- GUILHOTO, J. J. M.; FURTUOSO, M. C. O.; BARROS, G. S. C. **O agronegócio na economia brasileira: base de dados e metodologia de estimação a partir de matrizes insumo-produto**. Piracicaba: CEPEA/USP, 2000.
- GUILHOTO, J. J. M.; AZZONI, C. R.; SILVEIRA, F. G.; ICHIHARA, S. M.; CAMPOLINA DINIZ, B. P.; MOREIRA, G. R. C. **PIB da agricultura familiar: Brasil-estados**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); NEAD Estudos; 19, 172 p, 2007.
- LEONTIEF, W. **A economia do insumo-produto**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LUZ, A. da; FOCHEZATTO, A. O transbordamento do PIB do agronegócio do Brasil: uma análise da importância setorial via Matrizes de Insumo-Produto. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 1, 2023.
- MALASSIS, L. **Économie agro-alimentaire**. Paris: Éditions Cujas, 1973.
- MALASSIS, L. **Économie agricole, agro-alimentaire et rurale**. Économie Rurale, Paris, n. 131, p. 3–10, 1979.
- MALASSIS, L. **Alimentar os homens**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP, 2010.

MEADOWS, D. H. et al. **The limits to growth: a report for the Club of Rome**. New York: Universe Books, 1972.

MENDONÇA, M. L. R. F. de. **O papel da agricultura nas relações internacionais e a construção do conceito de agronegócio**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 375-402, maio-ago. 2015.

MILLER, R. E.; BLAIR, P. D. **Input-Output Analysis: Foundations and Extensions**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MONTOYA, Marco Antonio; FINAMORE, Eduardo Belisario. Evolução do PIB do agronegócio brasileiro 1959 a 1995: uma estimativa na ótica do valor adicionado. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 9, n. 16, p. 09-24, maio 2001.

MORVAN, Yan. Filière de production. In: **Fondements d'Economie Industrielle**. Paris, França: Economica, 1985.

NUNES, E.; CONTINI, E. **Complexo agroindustrial brasileiro: caracterização e dimensionamento**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2001.

PEREIRA, A. L. C.; SADOCCO, R. R. S.; DA SILVA, M. G.; OLIVEIRA JÚNIOR, M.; BASSOTTO, L. C. O ontem, o hoje e o amanhã dos estudos sobre agronegócio: uma análise bibliométrica de 1945 a 2020. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 23, p. e1737, 2021.

ROMERO, G. **Agronegócio: uma proposta conceitual**. Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade, Montes Claros, v. 6, n. 1, 2024.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN). **Boletim de Indicadores Econômico-Fiscais**. Florianópolis: SEPLAN, 2026. Disponível em: <<https://www.seplan.sc.gov.br>>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SESSO FILHO, U. A.; BORGES, L. T.; POMPERMAYER, P.; ZAPPAROLI, I. D.; BRENE, P. R. A. Dimensionamento do complexo agroindustrial dos estados brasileiros: geração de renda, empregos e impostos. In: **XXI Encontro de Economia da Região Sul** (ANPEC/SUL 2018), 2018, Curitiba, PR. Anais. Curitiba: ANPEC, 2018.

SILVA, R. L. **Agronegócio: conceitos e aplicações**. Brasília: Embrapa, 2011.

VIEIRA, L. M.; REITER, J. M. Importância do agronegócio para o Estado de Santa Catarina. **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 12, n. 4, p. 47-50, 1999.

WILLIAMSON, O. E. **Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications: a study in the economics of internal organization**. New York: Free Press, 1975.

WORLD BANK. **Agribusiness indicators: synthesis report**. Washington, DC: World Bank, 2017.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness**. 1995. Tese (Livre-docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ZYLBERSZTAJN, D. Papel dos contratos na coordenação agroindustrial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 43, n. 3, p. 385-420, 2005.

ZYLBERSZTAJN, D. Agribusiness systems analysis: origin, evolution and research perspectives. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 114-117, 2017.

ZYLBERSZTAJN, D. **Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial**. In: Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000.